

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção atinge 67% das compras 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo prevê economizar R\$ 12,5 bi com ações do INSS 4

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O equilíbrio fiscal (Artigo) 6

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Shopee entra na mira da Receita Federal 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Decisão do STF sobre Lava-Jato pode afetar disputas bilionárias no Carf 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara tira controle do governo de verba de apostas para COB e clubes 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previ revê estratégia de desinvestimento em renda variável 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Reintegração de servidores pode ter impacto de R\$ 6,5 bi 16

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
POLÍTICA

Vale-tudo eleitoral une de Lira ao PT 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas dizem que desafio fiscal é grande e freia otimismo com juros 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova R\$ 27 bi de ICMS para compensar estados e municípios 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Saneamento básico na reforma tributária 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária pode ser ambiental - OPINIÃO JURÍDICA 23

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simplificação ou aumento de carga tributária (Artigo) 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em 50 anos, educação e saúde concentram gastos de municípios 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputados aprovam projeto que repõe perdas na arrecadação do ICMS 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A expansão fiscal e o Congresso - ROGÉRIO WERNECK 29

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR BANCO MASTER
ECONOMIA

Petróleo em alta pressiona inflação nos EUA e no Brasil (Artigo) 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Do filé-mignon à picanha, cai o preço da carne bovina 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Otimismo externo leva dólar a R\$ 4,87, e Ibovespa sobe 1% 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Serviços em alta dão novo alento ao PIB 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IFI reduz probabilidade de dívida acima de 90% do PIB 36

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Por que somos obrigados a usar o dólar? (Artigo) 37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BCE eleva juros ao maior nível da história e sinaliza fim de ciclo 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bolsa e real têm dia positivo com exterior 40

Isenção atinge 67% das compras

Edla Lula

A **Receita Federal** informou, ontem, que o programa Remessa Conforme, que isenta do Imposto de Importação (II) as compras internacionais on-line de até US\$ 50 (cerca de R\$ 245), passou a abranger 67% do volume de remessas de mercadorias enviadas ao país. Isso ocorreu após o Fisco habilitar a empresa de comércio eletrônico Shein a participar do programa. Em ato declaratório publicado no Diário Oficial da União, a Receita ratifica o contrato assinado entre a plataforma e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), que fará o transporte das mercadorias.

As regras do Remessa Conforme permitem que o cliente que comprar pela plataforma deixe de pagar uma alíquota de 60% do valor da compra referente ao II, limitada ao valor US\$ 50. Além da isenção, o programa permite que as mercadorias entrem no país de forma mais acelerada, isso porque a Receita receberá informações sobre os produtos antes de eles desembarcarem.

Por outro lado, o cliente terá de pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS), tributo estadual, de 17%, mas esse valor já será recolhido pela empresa no ato da compra. Com isso, a liberação da mercadoria será mais rápida. Além disso, a empresa precisa cumprir uma série de requisitos referente as suas vendas. Um deles é o detalhamento de todas as informações referentes ao produto.

O Ministério da Fazenda anunciou o Remessa Conforme em junho, mas o chefe da pasta, Fernando Haddad, anunciou que os benefícios são temporários.

Ele não detalhou quando as empresas voltarão a pagar o Imposto de Importação. A isenção provocou protestos dos varejistas nacionais, que consideram a medida um favorecimento injustificável às concorrentes estrangeiras.

Diante das queixas dos empresários brasileiros, o governo cogita estabelecer um valor mínimo para o imposto, cuja alíquota poderia ser de 20% para as compras internacionais feitas por meio de plataformas de comércio eletrônico.

Entretanto, nenhuma decisão foi ainda anunciada.

Além da Shein, a Receita já havia certificado no programa Remessa Conforme as empresas Alibaba e

Sinerlog. De acordo com a Receita, de janeiro a julho de 2023, as remessas enviadas ao país totalizaram cerca de 123 milhões de volumes.

Desse total, cerca de 83 milhões de volumes chegaram ao país através de operadores de transporte que prestam serviços às empresas já certificadas.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/09/15/all.pdf>

Governo prevê economizar R\$ 12,5 bi com ações do INSS

Jéssica Sant"Ana

O governo reduziu em R\$ 12,478 bilhões a estimativa de despesa previdenciária para 2024, devido a medidas que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) promete adotar para melhorar a gestão dos benefícios e atenuar os gastos. Por outro lado, deixou de considerar o possível aumento de benefícios pagos com a redução da fila de 1,691 milhão de estoque de pedidos aguardando análise ou perícia.

É o que mostram notas técnicas obtidas pelo Valor por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Desde a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, especialistas têm apontado que a despesa previdenciária pode estar subestimada na proposta enviada ao Congresso, o que dificultaria ainda mais a meta de zerar o déficit primário no ano que vem.

Conforme mostrou o Valor, o economista e pesquisador associado do Insper Marcos Mendes calculou que as despesas previdenciárias estariam subestimadas em pelo menos R\$ 16 bilhões.

A peça orçamentária prevê R\$ 913,9 bilhões com essa rubrica, o equivalente a 8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), e um crescimento nominal de apenas 5,4% em relação ao programado para ser gasto até o fim deste ano.

A Instituição Fiscal Independente (IFI) calculou que as despesas com Previdência foram subestimadas em R\$ 18,5 bilhões, pois teriam que ser de R\$ 932,4 bilhões, ou 8,2% do **PIB**.

As notas técnicas mostram que o **INSS** apresentou R\$ 12,478 bilhões em previsão de economia, devido principalmente a três ações. A primeira é a automação dos processos de recuperação de valores depositados após óbito do segurado. O estoque seria de R\$ 1,6 bilhão, em valores atualizados.

Outra melhoria seria a otimização do processo de estorno de valores não recebidos pelos beneficiários e que são devolvidos pelos agentes pagadores. O impacto dessa medida não foi detalhado.

A terceira principal ação seria o fortalecimento das ações de prevenção de irregularidades.

"Vislumbramos a expectativa de um retorno ainda mais substancial de recursos orçamentários", diz o **INSS**, também sem citar valores.

O governo já anunciou a criação de um grupo de trabalho para propor um pente-fino nas despesas da Previdência.

A economista Vilma Pinto, diretora da IFI, avalia que os valores de economia ainda são incertos e não deveriam constar nas estimativas do PLOA. "Eu acho que é um número incerto para compor a peça orçamentária. Poderia ter sido feito como no Bolsa Família neste ano, em que a dotação inicial da LOA não constava os efeitos da revisão cadastral", afirmou.

Ela disse que os relatórios bimestrais de avaliação de receitas e despesas seriam mais adequados para a inclusão dos valores.

Também não consta nas notas técnicas estimativa de crescimento dos benefícios do **INSS** em virtude da redução da fila, o que vem sendo prometido pelo governo.

As notas mostram que o **INSS** levou em consideração apenas o crescimento vegetativo, a nova política de valorização do salário mínimo (62% dos benefícios são corrigidos pelo piso) e outros parâmetros macroeconômicos.

Já pelo lado da receita previdenciária, chama a atenção que o governo incorporou às estimativas de arrecadação R\$ 2,302 bilhões em recuperação de créditos no **Carf**, no bojo do retorno do voto de qualidade do fisco.

Marcos Mendes destaca, ainda, que o governo considerou na estimativa de arrecadação previdenciária o fim da desoneração da folha de pagamento, mas a extensão vem sendo debatida pelo Congresso. "A nota não explicita o quanto isso impacta a receita em reais, mas os valores que têm sido citados por técnicos são na casa de R\$ 10 bilhões", diz.

"Acho que é um número incerto para compor a peça orçamentária" Vilma Pinto

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1§ion=1)**

O equilíbrio fiscal (Artigo)

Benito Salomão

Benito Salomão é doutor em Economia pelo PPGE/UFU

No último dia 22 a Câmara dos Deputados aprovou o texto do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) que passa a substituir o extinto Teto de Gastos no quadro normativo brasileiro. Em meu artigo neste espaço de 13 de junho, mencionei sem apresentar detalhes que o sucesso do NAF quanto à sua capacidade de estabilizar a trajetória do endividamento público depende do conjunto de reformas adicionais que o governo estará disposto a empenhar esforços visando tornar a política fiscal sustentável. Talvez seja o momento de aprofundar um pouco mais sobre isso.

Começando pelos aspectos conceituais, diferentemente da política monetária que possui à sua disposição um único instrumento, a taxa de juros de curto prazo, a política fiscal é caracterizada pela disponibilidade de dois instrumentos: os **impostos** e as despesas. O antigo Teto de Gastos era uma regra fiscal orientada unicamente para estabilizar o endividamento público e, para tanto, incidia sobre um único instrumento fiscal, a despesa pública. Esta é a crítica que se fazia comumente (e acertadamente) ao teto, esta regra não possuía nenhum mandato relativo à estabilização de ciclos recessivos e quando a economia foi acometida pelo choque da covid-19, legislação adicional teve que ser elaborada para suavizar os efeitos recessivos.

O NAF, por sua vez, se orienta a partir dos dois instrumentos fiscais disponíveis ao governo, já que atrela a dinâmica das despesas primárias à das receitas em uma proporção de 70%. Em outras palavras, esta regra é mais flexível no sentido de que o governo pode manusear instrumentos diferentes para atingir os objetivos fim da política fiscal que são a sustentabilidade do endividamento público e a suavização de ciclos de negócios.

Voltando à questão da agenda de reformas necessárias para dar sobrevida à regra fiscal. Diferentemente de 2017, quando o teto entrou em vigor e um conjunto amplo de reformas que visavam alterar a inclinação da curva do gasto obrigatório foram pensadas (e, em alguns casos aprovadas), agora, o diagnóstico que norteia a equipe econômica é o de que será preciso recuperar a capacidade de investimento do Estado e os meios para tanto seriam fortalecer a sua capacidade de arrecadar. Por trás

deste diagnóstico está implícita a ideia de que ampliar os investimentos públicos preservando a sustentabilidade fiscal do país requer esforços do lado tributário.

Este diagnóstico está baseando o conjunto de reformas que vêm sendo executada pelo governo como o voto de qualidade do **Carf**, a tributação de fundos offshore, taxação de apostas esportivas, entre outras medidas que prometem fortalecer financeiramente o Tesouro. Convém salientar que estas medidas fazem muito sentido do ponto de vista microeconômico, dado que corrigem distorções alocativas e distributivas. Entretanto, enquanto medidas orientadas a fortalecer financeiramente o Tesouro, a estratégia mostra limitações e um caráter puramente curtoprazista.

Um primeiro problema de sustentar o equilíbrio fiscal do país em medidas concentrada do lado dos **impostos** é a natureza tipicamente endógena desta variável.

Retornemos aos aspectos conceituais supracitados, a política fiscal tem a sua disposição dois instrumentos: os **impostos** e as despesas. Tais instrumentos são, por natureza, distintos, os **impostos** são endógenos, isto é, influenciados pelo estado da economia, fatores como **inflação**, dinâmica da atividade, ciclos de commodities, afetam o seu comportamento.

A despesa pública por sua vez é uma variável estritamente exógena, que depende de uma decisão de gastar subordinada à uma lógica política. A mecânica do gasto público independe de disponibilidade prévia de recursos, quando o governo gasta, ele pode se financiar via: 1- **impostos**; 2- endividamento público e, 3- senhoriação (emissão de moeda). Ou seja, o gasto público é exógeno, porém altera um conjunto de variáveis endógenas no sistema econômico.

É preciso salientar que, a partir de um certo nível, a influência que o gasto público passa a exercer sobre as variáveis endógenas podem apresentar consequências sociais não desprezíveis. Por exemplo, seja uma despesa financiada exclusivamente por vias tributárias, isso tende a reforçar o perfil spend-tax da política fiscal.

Já discuti isso em artigos anteriores, a expectativa de que a carga tributária pode aumentar para acomodar despesas públicas reduz a renda permanente (no

sentido de Friedman) dos agentes e isso pode ter efeitos de longo prazo sobre a poupança e o crescimento econômico.

Por outro lado, o financiamento de despesas via endividamento público pode sinalizar futuros ajustes fiscais (inclusive via elevações de **impostos**), ademais, pressionar as pontas curta e longa das taxas de juros, elevando custo de rolagem e inibindo investimentos. Finalmente, o financiamento do gasto via senhoriação pode levar a **inflação** a sair de controle.

No Brasil o gasto primário do governo tem assumido um comportamento cada vez mais obrigatório, que cresce em termos reais a uma média de 5,5% ao ano.

As medidas tributárias supracitadas visam exatamente ampliar um pouco a margem para que o governo possa ampliar a fatia das despesas discricionárias no orçamento.

Os esforços para ampliar a capacidade discricionária de gasto do governo são louváveis, porém o caminho precisa ser um pouco mais ambicioso. As medidas pelo lado tributário podem funcionar a curto prazo, porém se as despesas obrigatórias continuarem crescendo aos padrões atuais, em um eventual ciclo recessivo futuro, quando as receitas endógenas caírem, a preservação dos 70% previstos no NAF irão impor, novamente, um ajuste sobre as despesas discricionárias.

Neste cenário o governo enfrentará o já conhecido dilema da política fiscal no Brasil, ajustar as contas em meio a uma recessão preservando a relação dívida/**PIB**? Ou, rifar mais uma regra fiscal visando suavizar um ciclo recessivo e resolver a posteriori o problema do ajuste?

Escapar deste dilema requer reformas que visem alterar a curva do gasto obrigatório, garantindo a capacidade de investimento público a longo prazo.

Essa agenda não encontrou ecos em Brasília, pelo contrário, os esforços tributários que visam preservar o equilíbrio orçamentário, sobretudo na promessa de um déficit primário "zero" em 2024, tendem a se perder quando o espaço fiscal criado a partir de um instrumento endógeno flutuar em consonância com o estado da economia, ou ainda, quando decisões políticas encontrarem uma forma de preencher tais espaços por vias de novas despesa permanentes.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230914/>

Shopee entra na mira da Receita Federal

Jéssica Sant"Ana e Estevão Tair

O governo avalia denunciar a empresa de comércio on-line Shopee por suspeita de sonegação de **impostos** e lavagem de dinheiro. O Valor apurou que a **Receita Federal** encaminhou na quarta-feira (13) a documentação para análise do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino.

O ministro, por sua vez, enviou os documentos para análise da Polícia Federal (PF) e da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), ambas vinculadas à pasta.

A previsão é que haja uma reunião na próxima semana entre o ministro, a PF e a Senacon para discutir a questão.

Segundo apurou o Valor, a Shopee estaria resistindo a aderir ao Remessa Conforme, programa da **Receita Federal** que busca trazer os marketplaces estrangeiros para a conformidade. A adesão ao programa é voluntária, mas a Receita teria visto na resistência da Shopee sinal de possíveis práticas ilegais.

A Sea, controladora da Shopee sediada em Cingapura, registrou lucro líquido de US\$ 330,9 milhões no segundo trimestre deste ano, revertendo prejuízo de US\$ 931,1 milhões de um ano antes. A receita cresceu 5,2% para US\$ 3,09 bilhões.

A companhia é considerada líder do mercado no Sudeste Asiático.

Até o momento, as chinesas AliExpress e Shein são os grandes marketplaces estrangeiros que aderiram ao Remessa. O programa foi criado pela Receita com o objetivo de o país ter mais controle sobre as remessas internacionais que chegam ao país diariamente. Até o ano passado, a Receita tinha informação sobre apenas 2% do volume de importações, devido à falta de preenchimento de documentos para envio da mercadoria.

Já as empresas participantes do Remessa Conforme se comprometem a prestar informações sobre a venda do produto e a recolher **impostos**, cobrados diretamente do consumidor, no ato da compra.

As operações feitas dentro do Remessa são isentas de imposto de importação, no caso de compras até US\$ 50. A alíquota desse imposto é de 60%. Mas é

aplicada alíquota de 17% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), recolhido pelos Estados.

O plano do governo federal é que o imposto de importação volte a ser cobrado, mas com uma alíquota menor, de 20%, possivelmente - o percentual ainda está em estudo. Mas no orçamento de 2024, já enviado pelo governo ao Congresso, a alíquota de 20% está considerada e a arrecadação com produtos importados é estimada em R\$ 2,86 bilhões.

O produto importado que estiver no Remessa Conforme chega ao país e passa pelo "canal verde", com despacho aduaneiro simplificado, se toda a documentação for considerada correta.

Procurada pelo Valor, a Shopee não se manifestou.

A Shein, por sua vez, foi certificada como participante do Remessa Conforme. A decisão consta em ato declaratório da **Receita Federal** publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira (14).

É a segunda grande plataforma estrangeira a receber a certificação.

Segundo a **Receita Federal**, a certificação se refere exclusivamente às vendas efetuadas por meio do endereço eletrônico <https://br.shein.com>.

As entregas serão feitas pelos Correios, com quem a Shein fechou contrato, conforme noticiou o Valor.

O primeiro grande marketplace a ser certificado pelo Remessa Conforme foi o AliExpress, no dia 31 de agosto.

Segundo dados da Receita, as empresas que já aderiram ao Remessa representam "cerca de 67% do total de remessas enviadas ao Brasil de janeiro a julho de 2023".

Entre janeiro e julho deste ano as remessas enviadas ao país somaram cerca de 123 milhões de volumes.

"Desse total, cerca de 83 milhões de volumes chegaram ao país através de operadores de transporte que prestam serviços às empresas já certificadas", informou a **Receita Federal**.

Receita Federal encaminhou documentação para análise do ministro da Justiça, Flávio Dino

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230914/>

Decisão do STF sobre Lava-Jato pode afetar disputas bilionárias no Carf

Joice Bacelo e Beatriz Olivon De São Paulo e Brasília

A anulação de provas utilizadas na Operação Lava-Jato, além de afetar processos na esfera criminal e eleitoral, pode ter impacto sobre as cobranças da **Receita Federal**. Mais de 3,4 mil procedimentos fiscais foram instaurados contra políticos, empreiteiras, executivos e outros investigados entre os anos de 2016 e 2019 - somando R\$ 22,4 bilhões em **tributos** devidos.

Essas cobranças estão em discussão no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e também na Justiça. Advogados ouvidos pelo Valor dizem que grande parte dos autos de infração têm base em provas obtidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que foram compartilhadas com a Receita ou em trocas de informações entre os dois órgãos.

Afirmam, além disso, que muitos desses autos foram aplicados logo após a assinatura dos acordos de colaboração premiada e de leniência.

São cobranças por dedução indevida de **tributos**, pagamento sem causa, omissão de receitas e operações de importação inexistentes - geralmente acompanhadas de multa de 150%.

Na semana passada, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), invalidou as provas obtidas no acordo de leniência da Odebrecht, que detalha como o esquema de corrupção funcionava e envolve uma série de políticos e partidos.

A decisão foi tomada em ação apresentada pela defesa do presidente Lula, que solicitou acesso aos documentos do acordo. Para Toffoli, tudo indica que as provas foram obtidas "às margens da lei" - e não somente as que se referem ao presidente. A anulação, segundo o ministro, deve ser estendida a todos os processos, "seja de que natureza for", que tenham se utilizado de tais elementos.

A Odebrecht e seus ex-executivos são alvo de cobranças fiscais.

Alguns processos estão em tramitação no **Carf**. Um dos mais valiosos - avaliado em cerca de R\$ 2 bilhões - foi julgado em 2020 e está, atualmente, em recurso.

Refere-se a pagamentos de propina revelados na Lava-Jato. O Fisco cobra valores de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL que teriam deixado de ser pagos pela empreiteira em decorrência de um esquema de despesas fictícias geradas no exterior.

Consta no processo que essas despesas eram direcionadas para conta offshore da própria Odebrecht, que alimentava o caixa dois no exterior e diminuí o lucro da empresa no Brasil - que serve como base de cálculo para os dois **tributos**.

Essa cobrança foi validada pela 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção. A empreiteira recorreu à Câmara Superior - última instância do **Carf** - e ainda aguarda julgamento. O caso já entrou e saiu diversas vezes da pauta.

Advogados dizem que a decisão do ministro Toffoli pode ter impacto significativo nesse caso, especificamente, e também em todos os outros - envolvendo inclusive outros investigados - que têm respaldo nos mesmos documentos e informações.

"E também casos em que os débitos já foram objeto de pagamento", diz Renato Munduruca, do escritório RVM Law. "Mesmo em parcelamentos ou transação, em que é preciso reconhecer o débito e abrir mão de novas discussões. Quando há nulidade do auto, o contribuinte pode contestar esse termo e pedir a restituição dos valores", acrescenta.

O advogado chama atenção, além disso, que o Código Tributário Nacional (CTN) estabelece prazo de cinco anos para a autoridade fiscal fazer o lançamento de **tributos** devidos.

Se os processos tributários relacionados à Lava-Jato forem anulados e tiverem que começar do zero, ele diz, possivelmente não haverá mais prazo para essas cobranças.

Procurada pelo Valor, a Novonor (novo nome da Odebrecht) não quis se manifestar. Já Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que defende a União nos processos fiscais que tramitam no **Carf** e na Justiça, diz em nota que está fazendo um levantamento, mas entende que a decisão precisa ser cumprida.

A despeito de a PGFN dar a entender que não há muito o que fazer diante da situação, a decisão de Toffoli não se aplica de forma automática e, segundo os tributaristas, deve gerar muita discussão - especialmente no **Carf**, em que as turmas julgadoras são divididas entre conselheiros representantes do Fisco e da sociedade civil.

Caberá ao próprio **Carf** analisar, em cada caso, o impacto da anulação das provas. Bianca Rothschild, ex-conselheira e hoje advogada no escritório Tauil e Chequer, afirma que em muitos casos a prova penal é utilizada como "prova emprestada" no processo tributário. Assim sendo, ela diz, o impacto seria imediato.

Em outros, porém, a investigação criminal serve apenas de ponto de partida para a **Receita Federal** fazer fiscalização própria e colher provas específicas em relação às infrações, o que poderia manter as autuações mesmo com a decisão de Toffoli.

"Acredito que os julgadores representantes do Fisco não vão tomar como regra expressa o cancelamento de todos os autos de infração", avalia Juan Manuel Calonge Mendez, do escritório VNP Advogados, apesar de, na sua opinião, o cancelamento ser devido.

Tanto no **Carf** como no Judiciário existe jurisprudência sobre a "teoria dos frutos da árvore envenenada", diz Caio Quintella, ex-conselheiro e hoje titular da Nader Quintella Consultoria. "O auto de infração, queira ou não, é um dos frutos, um dos resultados de toda investigação criminal. Se chegar à conclusão que as raízes foram envenenadas, os frutos deverão ser considerados igualmente envenenados." Quintella participou do julgamento de um desses precedentes na 1ª Seção do **Carf**, que decide sobre cobranças de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins - onde estão muitos dos casos da Lava-Jato (um deles, o da Odebrecht).

A 3ª Seção, que julga processos envolvendo pessoas físicas, no entanto, tem precedente em sentido contrário, afirma Leandro Cabral, do Vellozo Advogados. "Entenderam que houve um trabalho autônomo em relação ao processo criminal.

Então, para saber o efeito da anulação das provas nas autuações vai depender muito do que aconteceu no caso, como as autuações foram lavradas", diz.

O advogado destaca, no entanto, que se derrotada no **Carf**, a parte ainda pode recorrer ao Judiciário, que costuma ser mais sensível em relação à nulidade de provas.

Outro ponto de atenção, segundo especialistas, é o

fato de o ministro Dias Toffoli ter determinado que a Polícia Federal apresente, no prazo de dez dias, todo o conteúdo das mensagens apreendidas na Operação Spoofing - que investiga a invasão de celulares do ex-juiz Sergio Moro, de procuradores do Ministério Público Federal e de outras autoridades.

A íntegra desse material, diz na decisão, deve ser disponibilizada aos investigados e réus em processos que utilizaram as provas anuladas.

Especialista na área, Rogério Pires, do Boccuzzi Advogados Associados, alerta para a importância disso.

Ele entende que o conteúdo da Spoofing também pode servir como elemento para a anulação de cobranças fiscais - e não somente nos casos relacionados à Odebrecht.

Pelo que consta na decisão de Toffoli, ele diz, os diálogos extraídos das trocas de mensagem entre procuradores revelariam que auditores fiscais estariam à disposição do MPF para fornecer informações de maneira informal, à margem da lei.

"Se isso realmente aconteceu, o MPF avançou nas investigações, mas também a **Receita Federal** pode, a partir daí, ter despertado a fiscalização e cobrança dos **tributos**", ele afirma.

"Como a prova original foi compartilhada de maneira ilegal, ela se torna ilícita e passa, portanto, a ser ilegal também para fins fiscais." A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) recorreu da decisão de Dias Toffoli. O ministro pode reconsiderar a sua posição ou enviar o caso para a análise do colegiado.

"**Carf** pode aplicar jurisprudência sobre a teoria dos frutos da árvore envenenada Caio Quintella

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Decisão do STF sobre Lava-Jato pode afetar disputas bilionárias no **Carf**

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660>

Câmara tira controle do governo de verba de apostas para COB e clubes

MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA

Por uma iniciativa da Câmara dos Deputados, o Comitê Olímpico Brasileiro, o Paralímpico e os comitês de clubes e confederações desportivas estudantis passarão a receber uma parcela fixa dos impostos federais obtidos com a taxação dos sites de apostas esportivas e cassinos online.

Os parlamentares, porém, retiraram do texto da lei um mecanismo que estipulava o controle governamental no uso dessa verba, que é pública.

A taxação dos sites de apostas foi aprovada na noite de quarta-feira na Câmara, e ainda depende de votação no Senado.

O projeto regulamenta a atividade, que passará a recolher impostos.

A divisão para uso desses tributos mobilizou deputados e o lobby das entidades do esporte nos últimos dias. Graças à pressão, elas foram incluídas na versão final do texto legislativo, garantindo o recebimento de 1% do total de 18% da arrecadação obtida pelo governo com os sites de apostas.

As entidades beneficiadas, porém, fizeram uma forte campanha para derrubar outro trecho da lei, que estipulava regras para o controle dessa verba, o que gerou um bate-boca entre deputados, inclusive o presidente Arthur Lira (PPAL), durante a votação.

"É o liberou geral. Isso não pode acontecer numa matéria tão importante como essa", afirmou no microfone do plenário da Câmara o líder do governo, José Guimarães (PTCE).

"Eu nunca vi um negócio desses. Se ele for levado à frente, nós vamos vetá-lo." Lira também criticou a modificação: "Nós estamos tratando de dinheiro que vai entrar para os cofres públicos. Eu não vou fazer juízo de valor. O plenário tem a sua decisão, mas é muito ruim a possibilidade de não haver fiscalização do dinheiro público destinado", disse. "É péssimo e passa uma péssima mensagem." Pelo texto original do projeto, as entidades deveriam seguir "metas, indicadores e resultados esperados da aplicação dos recursos recebidos".

LOBBY. O Estadão apurou que o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) liderou o lobby pela retirada das regras de fiscalização, que haviam sido inseridas a pedido da então ministra do Esporte, Ana Moser. Ainda não se sabe se o novo ministro da pasta, André Fufuca (PPMA), encampará a disputa.

O desejo de Moser era monitorar o que esses comitês fazem com a verba pública que já recebem hoje das loterias e que passarão a receber dos sites de apostas. A visão da então ministra era a de que as entidades precisam dialogar com o governo sobre quais projetos são bancados pelos recursos federais.

Em defesa do texto aprovado, o diretor jurídico do COB, Luciano Hostins, disse que as entidades já prestam contas e que o governo não pode dizer em quais atletas ou modalidades deve ser feito o investimento, ainda que seja financiado com verba pública. Segundo ele, o critério usado pelo COB é o da meritocracia, pelo qual as modalidades que têm os melhores resultados recebem uma fatia maior.

"O governo teve essa ideia infeliz de querer dizer onde vamos aplicar o dinheiro. Desculpe-me, mas estamos falando de alto rendimento, e a gente tem de aplicar o recurso conforme o resultado esportivo, conforme o resultado dos atletas.

Não é uma política social, que é importante, mas não é ela que vai dizer onde vamos aplicar o recurso", diz Hostins.

"O objetivo institucional do COB e das confederações é o alto rendimento. Quem tem resultado, a gente segue adiante e leva para os jogos. Não tem como levar para os jogos quem não tem índice, quem não se classificou."

INTERFERÊNCIA. A derrubada da regra de fiscalização foi proposta no plenário da Câmara pelo deputado Felipe Carreras (PSB-PE), alegando aos colegas que haveria uma interferência indevida do governo em entidades que devem ser independentes da política, por determinação do Comitê Olímpico Internacional (COI). "Corre o risco de o Brasil não participar da Olimpíada de Paris, no próximo ano. É um excesso de poder desnecessário, fere a autonomia dos dirigentes das entidades esportivas", disse o parlamentar.

Ao Estadão, Carreras argumentou que o controle desses recursos é feito pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria- Geral da União e que, caso prosperasse, a nova regra daria poderes excessivos ao Executivo sobre as entidades.

O risco de uma eventual desclassificação para a Olimpíada foi minimizado tanto por membros do governo quanto por parlamentares que tentaram segurar a medida de controle, sem sucesso. Se este fosse o caso, alegam eles, a ideia não teria partido da ex-atleta Ana Moser.

Ministérios do Centrão são privilegiados com nova receita

A nova legislação reservou 1% da arrecadação dos sites de apostas para os comitês esportivos: Comitê Olímpico do Brasil (COB), Comitê Brasileiro de Clubes, Comitê Paralímpico Brasileiro, Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, Confederação Brasileira de Desporto Escolar e Confederação Brasileira de Desporto Universitário.

No texto original, enviado pelo Ministério da Fazenda, esses comitês não eram contemplados e só entraram no projeto de lei por iniciativa do relator na Câmara, Adolfo Viana (PSDB-BA), que desidratou a ideia original de usar a verba prioritariamente para a **Seguridade Social**.

No formato fechado pelos deputados, os ministérios controlados pelo Centrão (Turismo e Esporte) passarão a gerenciar mais da metade dos recursos previstos com a arrecadação dos sites.

Embora o governo tenha colocado na previsão do Orçamento uma arrecadação de pouco mais de R\$ 700 milhões no próximo ano, deputados falavam, durante a tramitação, em uma arrecadação que chegaria a R\$ 18 bilhões, com a inclusão dos cassinos online.

Nas contas do COB, a nova taxação renderá cerca de R\$ 40 milhões por ano para a entidade, menos do que provém das loterias. O COB e o Comitê Paralímpico já recebem 1,48% e 0,87%, respectivamente, do que a Caixa arrecada com a loteria federal.

-

Reparte

Quem irá receber dinheiro arrecadado nas apostas

Segurança Pública 2,55%

Ministério do Turismo 4,00%

Embratur 1,00%

Ministério do Esporte 4,00%

Comitês esportivos 1,00%

Clubes e atletas 1,63%

Seguridade social 2,00%

Ministério da Educação

FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Previ revê estratégia de desinvestimento em renda variável

Francisco Góes e Liane Thedim Do Rio

O início do ciclo de queda da taxa de juros no país está abrindo na Previ, um dos maiores investidores institucionais do país, o debate sobre o tamanho dos investimentos da instituição em renda variável. O fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil começou em 2012 um movimento de redução da posição em ações no Plano 1, o maior e mais antigo, de 65% para cerca de 30% dos ativos. Em contrapartida, os investimentos em renda fixa, em NTN-Bs de longo prazo, ocuparam esse espaço.

Agora, a estratégia será revista e pode ou não ser mantida.

"O que temos feito é reavaliar a carteira, as oportunidades", diz o presidente da Previ, João Fukunaga.

Segundo o diretor de participações, Fernando Melgarejo, a fundação estuda se faz sentido continuar o processo de desinvestimento em renda variável porque o pagamento de todos os benefícios mensais a seus associados até 2060 está garantido pela atual alocação em renda fixa, mesmo em um cenário de queda de juros. É o que os técnicos da Previ chamam de "imunização", uma proteção da carteira, que está posicionada numa taxa de juros acima da meta atuarial e blindada em relação à **inflação**.

No Plano 1, de benefício definido, os compromissos com aposentadorias chegam a R\$ 1,3 bilhão por mês. "Temos a estrutura de compromissos previdenciários bem equacionada. Além disso, toda a carteira de renda variável é praticamente de blue chips, como Vale, Itaú, BB e Petrobras. Então, uma possibilidade é parar de cair [a parcela de renda variável] no Plano 1, mas, como tem o Plano Futuro, o total da Previ [em renda variável] pode até aumentar", diz Melgarejo. O presidente da Previ completa: "Queremos reavaliar a carteira, mas não quer dizer que vamos sair de ações como Vale." Dados de junho deste ano mostram que o Plano 1 tinha uma carteira total de R\$ 224,8 bilhões, sendo R\$ 136,37 bilhões (ou 60,6%) em renda fixa e R\$ 67,8 bilhões (30,1%) em renda variável. No Previ Futuro, mais novo e que opera no modelo de contribuição variável, a carteira do plano, em junho, era de R\$ 29,3 bilhões, sendo R\$ 20,3 bilhões (ou 69,2% do total) em renda fixa e R\$ 4,6 bilhões (15,7%

do bolo) em renda variável. Tanto no Plano 1 como no Previ Futuro há ainda outras aplicações.

De acordo com Paula Goto, diretora de planejamento da Previ, essa análise das alocações fará parte do processo anual de reavaliação das políticas de investimentos da Previ, que desta vez terá como um pilar importante o Seminário de Investimentos, Governança e Aspectos Jurídicos da **Previdência Complementar**, o Siga. O evento, a ser realizado no Rio entre os dias 3 e 6 de outubro, busca fomentar a governança corporativa no setor e discutir agendas relevantes para a **previdência complementar** fechada. Também participam da organização, junto com a Previ, Anapar, Previc, Funcef, Petros, Valia, Postalis e Fachesf.

A agenda ASGI (sigla para temas ambientais, sociais, de governança e integridade) estará presente no evento. "O seminário faz parte desse bojo de discussões em que fazemos os estudos do planejamento das políticas de investimento para sete anos [2024- 2030], revisados anualmente." Goto explica que a política de investimentos da Previ dá o direcionamento "macro" nesse horizonte de sete anos. "Mas o mais importante é olhar [os investimentos] à luz de cada plano." O Plano 1, por exemplo, busca o equilíbrio atuarial e a liquidez para fazer frente aos pagamentos dos participantes.

"Ao longo do tempo precisamos ter boa gestão de liquidez e de equilíbrio. Foi o que nos trouxe até aqui, nunca precisamos implementar nenhum plano de equacionamento", aponta a diretora.

Vale lembrar que a meta atuarial do Plano 1 da Previ é de INPC mais 4,75% ao ano, enquanto a meta do Previ Futuro é de INPC + 4,63% ao ano. Já o Tesouro IPCA, com juros semestrais e vencimento em 2055, por exemplo, paga IPCA mais 5,62% ao ano.

A Previ considera que há um cenário "vigoroso" para investimentos no país, considerando, inclusive, que a fundação participa como investidora da economia real, em empresas de diferentes segmentos, incluindo o de infraestrutura.

Na visão de Fukunaga, o Novo PAC traz perspectivas interessantes em relação às quais a fundação precisará analisar oportunidades.

Ele reconhece, no entanto, que projetos de infraestrutura precisam garantir segurança jurídica aos investidores. O presidente da Previ citou como exemplo os problemas na Linha Amarela, via expressa na cidade do Rio que virou alvo de um litígio entre a concessionária, a Invepar - da qual a Previ é sócia -, e o município.

Fukunaga afirma ainda que a Previ olha para oportunidades em setores sustentáveis, incluindo transição energética, tecnologias e segurança alimentar. Goto acrescenta que a Previ tem uma matriz de atratividade setorial que avalia como a fundação aloca os recursos e o que é mais indicado.

A partir desse diagnóstico, são feitos os investimentos buscando a melhor relação entre risco, retorno e liquidez.

"Uma possibilidade é parar de cair [a fatia de renda variável] no Plano 1, mas, como tem o Futuro, o total pode até aumentar" Fernando Melgarejo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660>

Reintegração de servidores pode ter impacto de R\$ 6,5 bi

Julia Lindner e Jéssica Sant'Ana

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reintegra servidores dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima aos quadros da União, aprovada pelo Senado nesta semana, pode resultar em um custo extra de R\$ 6,5 bilhões ao ano para o governo federal, segundo cálculos de técnicos da equipe econômica.

A estimativa é que até 50 mil funcionários possam ser contemplados pela PEC, embora ainda não haja um cálculo oficial.

A proposta foi aprovada sem estimativa do impacto fiscal, o que gera ainda mais apreensão entre membros do governo. A avaliação é que o número final é imprevisível, considerando que dependerá da quantidade de pessoas que efetivamente preencherão os requisitos para serem transferidas para a esfera federal.

O texto ampliou as categorias aplicáveis, inclusive para aqueles sem vínculo efetivo.

O valor total leva em conta uma média salarial de R\$ 10 mil por servidor, o que pode variar a depender do perfil dos funcionários.

Também não considera benefícios como auxílio-alimentação, auxílio- mudança e auxílio-funeral.

A incorporação dos servidores estaduais pela União, se vier a ser confirmada pela Câmara, vai pressionar o Orçamento de 2024. O governo não previu essa despesa na peça. Como é um gasto obrigatório, terá necessariamente que ser incluído, cortando outra despesa no mesmo montante. Isso poderá ser feito por mensagem modificativa até o fim do ano ou pelo próprio relator do Orçamento.

Chamou a atenção o fato de a PEC ter sido aprovada por unanimidade no Senado e com apoio de Randolfe Rodrigues (sem-partido- AP), líder do governo no Congresso, e Davi Alcolumbre (União-AP), padrinho político do ministro Waldez Góes (Desenvolvimento Regional).

Durante a discussão em plenário, o relator Marcos Rogério (PLRO) destacou que "Davi Alcolumbre foi o

grande fiador da aprovação desta matéria na CCJ" e acrescentou que o autor da matéria, Randolfe Rodrigues, teve uma "iniciativa absolutamente acertada de correção de uma injustiça".

Segundo Randolfe a matéria faz jus a um "direito histórico" dos servidores.

Em plenário, Davi Alcolumbre afirmou que os servidores aguardam por seus direitos há 30 anos. Questionado sobre o resultado do votação, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, minimizou dizendo tratar-se de uma questão estadual.

"Nós temos, dentro da atuação política, dois extremos: o senador Randolfe, que é um dos líderes do governo no Senado Federal e no Congresso Nacional; e o Senador Marcos Rogério, que é de oposição. Um tema que une os dois extremos, em defesa das populações dos nossos estados", pontuou Marcos Rogério.

Por envolver os Estados desses parlamentares, o governo evitou interferir, mas ainda há esperança no Palácio do Planalto de tentar calibrar a proposta durante a votação na Câmara.

O texto aprovado no Senado estabelece que servidores que fizeram parte da administração pública dos ex-territórios por pelo menos 90 dias até os dez primeiros anos de criação dessas unidades federadas poderão optar pelos direitos e vantagens do quadro funcional da União. As regras valem até mesmo para pessoas que trabalhavam sem vínculo efetivo para a administração.

A matéria dá margem para a admissão não só de **servidores públicos**, mas também daqueles que, no mesmo período, mantiveram vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, relação ou vínculo empregatício, independentemente da forma de remuneração (regime estatutário ou celetista).

Além das gestões estaduais e municipais, a regra vale para pessoas que trabalharam para empresa pública, sociedade de economia mista ou instituição financeira oficial, inclusive as extintas.

Na prática, esses servidores devem integrar os quadros em extinção da administração pública, ou seja, terão suas remunerações pagas

permanentemente pela União, e não mais pelos seus Estados.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1§ion=1)**

Vale-tudo eleitoral une de Lira ao PT

Quando PL, PT e praticamente todos os partidos do Brasil se unem em torno de propostas como o pacote que, de uma tacada só, anistia as infrações eleitorais passadas e afrouxa as regras para o futuro, são diminutas as chances de que a reação da sociedade ou uma tentativa isolada como a do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, consigam conter um imenso retrocesso.

É diante desse cenário de uma união quase total que avançam, sob a batuta de Arthur Lira, duas propostas de emenda à Constituição que, com texto propositalmente confuso e subliminar, minam de uma vez todos os controles da Justiça sobre gastos eleitorais com dinheiro público e as regras que visavam a garantir um mínimo de equidade de gênero e racial nas candidaturas e, conseqüentemente, na representação parlamentar.

É ensurdecador o silêncio de muitas mulheres em postos de poder - que têm feito o discurso da necessidade de as mulheres terem voz e voto na política - diante do avanço da PEC da Anistia às infrações de 2022, inclusive às regras de cotas e destinação de recursos a candidaturas femininas, e diante da "minirreforma" eleitoral, que visa a fazer letra morta dessas iniciativas recentes.

No governo Lula, as ministras Cida Gonçalves (Mulheres) e Anielle Franco (Igualdade Racial) soltaram uma nota conjunta em maio, quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou a admissibilidade da anistia, mas não se ouviram protestos dessas e de outras pastas comandadas por mulheres diante do avanço, com a rapidez típica dos projetos que Lira abraça, da tal reforma do retrocesso.

A reação mais firme veio justamente de Pacheco, que repetiu o que fez em 2021 diante de outra correria da Câmara para tentar mudar as regras do jogo às vésperas do ano eleitoral. Agora como antes, o presidente do Senado demonstrou disposição de parar a bola e evitar a discussão a toque de caixa de uma série de medidas a que a sociedade está alheia.

Ele é um político conservador, no sentido clássico da palavra, e não na acepção reacionária do bolsonarismo. Por isso foi pela manutenção da autonomia do Banco Central, contra o tal Código Eleitoral de 2021 e engavetou o projeto que a Câmara votou às pressas para tentar emplacar o marco temporal para a demarcação das terras indígenas

antes que o Supremo Tribunal Federal analisasse o tema.

O contraponto a Lira é claro, uma vez que o presidente da Câmara manobra a pauta da Casa que comanda ao bel-prazer dos interesses do grupo de partidos que orbitam em torno de si.

A tal reforma, que vem na esteira de uma anistia vergonhosa, quer dar à cúpula dos partidos que cresceram em 2022 maior poder discricionário na definição de candidaturas e na gestão desses recursos, que são públicos, ao mesmo tempo que afrouxa a fiscalização sobre o dinheiro e sobre as regras que tentam garantir maior acesso de mulheres e negros a esses espaços de poder.

Não à toa, a coisa foi toda urdida nos bastidores e só trazida à luz do dia quando já havia toda a articulação pronta para votar na correria, aprovar com o aval de todo mundo e não dar à opinião pública o tempo de entender do que se trata e de pressionar o Congresso pela rejeição da agenda regressiva.

Sobra Pacheco na retaguarda. Diferentemente de 2021, agora a pressão para que ele coloque as PECs para andar é grande. Sobretudo a da minirreforma, para a qual existe prazo.

A articulação política do governo e o próprio Lula lavaram as mãos e fingem que o tema não existe. Mais uma demonstração, além das já dadas na **reforma ministerial** e nas conversas para indicação de ministros do STF e procurador-geral da República, de que temas como equidade de gênero nos espaços de poder rendem votos, mas não viram compromisso de Estado.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/vera-magalhaes/coluna/2023/09/vale-tudo-eleitoral-une-de-lira-ao-pt.ghtml>

Economistas dizem que desafio fiscal é grande e freia otimismo com juros

EDUARDO LAGUNA

As dúvidas sobre a eficácia da estratégia do governo para controlar as contas públicas e um cenário inflacionário ainda desafiador são pontos que tornam difícil projetar um horizonte para a trajetória das taxas de juros no País. Esse foi o cenário em torno do qual se deu o debate, ontem, durante o 3.º Seminário de Análise conjuntural promovido pela FGV em parceria com o Estadão.

Com a **inflação** ainda fora da meta central nas previsões de mercado e o combate a ela longe de terminar, o chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), José Júlio Senna, disse considerar difícil o ciclo de redução da Selic terminar com a taxa abaixo de 10%.

Ele observou que os questionamentos sobre a capacidade de o governo de equilibrar receitas e despesas mantêm os juros dos títulos com vencimento mais longo na média histórica, embora o risco país esteja abaixo da média. "Isso significa que os participantes do mercado estão exigindo o que sempre exigiram. Não é uma situação confortável e enquanto houver incertezas sobre as contas públicas a coisa pode se agravar", disse o economista, mostrando-se cético em relação a uma Selic em um dígito ao fim do atual ciclo de flexibilização monetária.

"FALSA SOLUÇÃO". Pesquisador associado do Ibre/FGV, Armando Castelar considerou que a opção do governo por buscar o equilíbrio das contas públicas por meio de medidas de aumento de arrecadação representa uma "falsa solução", com impacto negativo no crescimento.

"A forma como estão sendo resolvidas questões de natureza política, seja a aprovação da **reforma tributária**, seja a questão fiscal via aumento de carga tributária, é bastante ruim do ponto de vista de crescimento do País", disse, observando que o aumento de carga de **impostos** significa menos produtividade, mais informalidade e menor crescimento. "É uma falsa solução", disse Castelar.

Coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV, Silvia Matos disse que não consegue ver no horizonte a volta dos superávits primários, bem como a redução

dos juros de rolagem da dívida. "Todo o processo de redução da dívida depende da recuperação do superávit primário e de juros de rolagem da dívida mais baixos. Não conseguimos ver esses dois componentes no radar. Basicamente, a dívida vai subir", comentou a economista.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Câmara aprova R\$ 27 bi de ICMS para compensar estados e municípios

VICTORIA ABEL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 349 votos a 68, uma compensação de R\$ 27 bilhões do Tesouro a estados e municípios, por conta de desonerações dos combustíveis promovidas pelo governo Jair Bolsonaro no âmbito do ICMS. O Projeto de Lei regulamentou uma decisão já proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e ainda precisará passar por votação no Senado, antes de ir à sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto trouxe uma antecipação de pagamento de parte desse montante para este ano, no valor aproximado de R\$ 10 bilhões, referente a 2024. Os recursos serão pagos aos entes federativos, seja por repasses diretos do Tesouro ou abatimento de dívidas.

As perdas de arrecadação com ICMS ocorreram no ano passado, com o estabelecimento de um teto de 17% na alíquota desse imposto sobre combustíveis. Como o ICMS é um tributo estadual, os estados alegaram que houve perdas bilionárias de receitas e que tiveram a autonomia invadida pelo Congresso Nacional. Por isso, recorreram à Suprema Corte para serem compensados.

Já no governo Lula, um acordo foi feito entre União e estados, homologado pelo Supremo em junho, prevendo pagamento total de R\$ 27,5 bilhões. A quitação poderia ser feita em até três anos, mas a redução do prazo ocorreu após apelo dos estados e, principalmente, dos municípios.

REPARAÇÃO A FUNDOS O projeto também trouxe a compensação de perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dos últimos três meses, no valor de R\$ 2,3 bilhões. A matéria coloca uma cláusula que garante mais compensações em dezembro, caso haja novas perdas até o fim do ano.

"Ainda, ao término de 2023, a União complementarará os recursos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) caso se constate redução real do repasse quando considerado todo o exercício, nos termos de ato do Ministro da Fazenda", diz o relatório.

O relator do PL, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), acrescentou no texto uma recomposição de prejuízos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O valor

será de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão.

O presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados), Carlos Eduardo Xavier, disse que o pedido foi do colegiado e do Fórum de Governadores.

-Os estados que têm uma dependência maior do FPE estão em situação muito ruim com as quedas sucessivas que aconteceram recentemente. E a antecipação dos valores da compensação da Lei Complementar 194 (que limitou a cobrança de ICMS sobre combustíveis) referente a 2024 para 2023 atende também os demais estados. É ajuda muito importante para o fechamento do ano - disse Xavier.

O projeto também obriga os estados a comprovar a transferência dos 25% de ICMS a que os municípios têm direito. O pedido foi feito por prefeitos que alegam que os governadores não estão repassando a totalidade dos recursos.

"Os estados comprovarão mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a transferência aos Municípios", diz o texto.

-Se algum estado descumprir a lei, o Tesouro fará o bloqueio de recursos estaduais - afirmou Zeca Dirceu.

O relator ainda tirou do projeto de lei um trecho que abria brecha para os estados aumentarem a cobrança do ICMS. O artigo permitia que a cobrança mudasse de um valor fixo sobre o litro de combustível (ad rem) para um valor variável aplicado sobre o preço médio dos combustíveis (tributação ad valorem).

A redução do ICMS para os combustíveis foi uma das prioridades do então presidente Bolsonaro (PL) no ano passado.

Havia casos de alíquotas de 34% sobre os setores de combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo.

Com o limite de 17%, a expectativa era que isso desse um alívio na **inflação** às vésperas da eleição e puxasse votos.

PROJETOS NO SENADO Além da compensação de ICMS, estão com os senadores outros cinco projetos

de interesse da área econômica. O principal é a **reforma tributária**, cujo texto deve ser apresentado em outubro. Há ainda o projeto de lei da repatriação de bens no exterior, que deve ser votado até o dia 26; o Desenrola, que também limita os juros do cartão de crédito; a regulamentação das apostas on-line e a desoneração da folha de pagamento.

PL da repatriação de bens: relator quer multa de 140%

O projeto que prevê a abertura de novo período para repatriação de bens e recursos deve ser votado dia 26 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O relator Renan Calheiros (MDBAL) vai prever multa de 140% a quem decidir regularizar bens no exterior, e alíquota de 15% de imposto.

A Fazenda não passou previsão de ganho com a proposta, mas Calheiros estima cerca de R\$ 10 bilhões.

- Depende do número de ativos no exterior. Pode passar de R\$ 10 bilhões.

A multa proposta pela Fazenda era de 150%, mas estamos dando esse estímulo, com 140%.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

Saneamento básico na reforma tributária

Fio da Meada

valor.globo.com/legislacao

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660>

A reforma tributária pode ser ambiental - OPINIÃO JURÍDICA

Tatiana Falcão especialista global em imposto e meio ambiente na UNDP

O momento de **reforma tributária** de indiretos requer a reconsideração dos objetivos perseguidos por meio dessa proposta. O Brasil é parte do Tratado de Paris e signatário das metas de desenvolvimento sustentável da ONU. A reforma pode incorporar aspectos de cunho ambiental para cumprir com as metas de mitigação internacional.

A introdução de um tributo sobre carbono dentro do arcabouço do imposto seletivo equaliza os padrões de consumo usando o carbono (ou a capacidade de poluir) como parâmetro no estabelecimento de preços sobre combustíveis fósseis e outras fontes de energia.

Ao internalizar a externalidade equivalente de carbono por meio de um imposto, cada tonelada adicional de carbono em qualquer que seja a fonte energética, mas principalmente nos combustíveis fósseis, é contabilizada no preço final de comercialização do produto. As fontes de energia limpas e as poluentes, passam assim a poder competir em condições de paridade, num ambiente onde o produto com menor teor de carbono recebe o preço mais baixo. Os consumidores que são sensíveis à diferença de preços procurarão, portanto, consumir mais combustíveis e produtos com baixo teor de carbono, fomentando o processo de transição verde.

Um imposto sobre carbono pode e deve ser considerado dentro do contexto de **reforma tributária** sobre indiretos, já que o tributo cumpre o papel de equalizar a base tributária sobre a qual o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) incidirá, fazendo dessa base uma base neutra do ponto de vista fiscal e ambiental.

Isso porque a não imposição de um imposto sobre carbono em um primeiro momento, privilegia os produtos mais poluentes, detentores do mercado. O imposto sobre carbono, portanto, cumpre a função também de erradicar a vantagem competitiva inerente aos combustíveis fósseis (e aos meios de produção que utilizam esses combustíveis), dando ensejo à entrada de novos produtos e ao desenvolvimento de novas tecnologias. O estímulo para tanto, é o preço. Por isso, é importante que a alíquota seja significativa o suficiente para estimular esta transição, chamada

comumente de transição verde.

Essa é uma medida importante também frente a proposta da União Europeia para introdução de um imposto fronteiro sobre carbono (CBAM), já a partir de outubro de 2023. A expectativa é de que tal imposto incida a alíquota de 100 euros por tonelada de carbono equivalente sobre seletos produtos, como cimento, aço e polpa de papel, entre outros.

Não fossem esses motivos suficientes, cabe mencionar que a introdução de um preço explícito sobre carbono (sendo o imposto sobre carbono o instrumento de mais fácil e célere implementação) é atualmente condição essencial para recebimento de novas linhas de crédito advindas de organismos internacionais, como bancos de fomento de desenvolvimento, FMI e Banco Mundial.

Cumprido salientar que o texto ora proposto, conforme publicado após as deliberações do Grupo de Trabalho da PEC nº 45/19 na Câmara dos Deputados, já contempla, a grosso modo, um imposto sobre carbono. Ocorre que o texto atual encontra-se incompleto. O atual artigo 153, VIII da PEC 45 prevê que compete à União instituir **impostos** sobre a "produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da lei".

Nessa frase encontram-se duas omissões e uma redundância.

A primeira omissão diz respeito à ausência da palavra "extração" no começo da frase.

Isso porque as melhores práticas na introdução de um imposto sobre carbono requerem sua imposição na fase upstream, ou seja, no momento da extração ou importação do produto fóssil em território nacional. A ausência de referência a esse fato gerador dá margem a futuros questionamentos por parte da indústria petrolífera, que é um player importante no contexto econômico brasileiro.

A segunda omissão diz respeito a base tributária. Todos os **impostos** suscitados nessa alínea são **impostos** que incidem em base específica, ou seja, com base em uma unidade de medida (volume ou peso) correspondente de produto.

Deveras, faz-se desnecessária a aplicação de um imposto na base ad valorem após a reforma, já que o imposto ad valorem incidiria na mesma base do IBS e, por isso, importaria em dupla tributação da mesma base imponible.

Já a redundância vem da previsão de tributação de bens e serviços, já que apenas bens tendem a ser alcançados por qualquer um desses **impostos**. A inclusão de serviços é letra morta.

Finalmente, o novo artigo prevê que o imposto seletivo, incluído o sobre carbono, não incidirá sobre as exportações.

Disso conclui-se que haverá um crédito quando da exportação de produtos ou combustíveis onerados pelo imposto sobre carbono. Para a União Europeia será como se o imposto jamais tivesse incidido em território nacional e, por isso, caberá nova retenção na fronteira.

Há ganhos (de saúde, transição verde, investimento em energias limpas) que serão concretizados mesmo com a redação atual, já que o imposto incidirá no âmbito nacional. No entanto, haverá certamente uma perda de receita equivalente ao valor do imposto incidente no país de destino. Por ora, o impacto é pequeno, pouco significativo.

No entanto, a expectativa é de aumento significativo à medida que outros países passem a adotar medidas similares. Uma **reforma tributária** faz-se hoje, mas com olho no futuro.

Tatiana Falcão especialista global em imposto e meio ambiente na UNDP

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660>

Simplificação ou aumento de carga tributária (Artigo)

TAÍLA TELOEKEN Coordenadora de tax no Carpena Advogados

No Brasil, há uma diversidade de **tributos** e obrigações acessórias, gerando um processo de tributação burocrático, dispendioso e de difícil atendimento. Isso o torna complexo até mesmo para os fiscais, obrigando, por vezes, empresas a recorrerem ao Poder Judiciário para contestar multas por divergência de interpretação da lei - o que, em matéria tributária, não deveria ocorrer.

Por incluir diversos **tributos**, como ICMS, ISS, IPI, PIS e Co-fins, a tributação sobre o consumo é a que apresenta mais problemas, e suas soluções são as mais difíceis. Há cobranças nas três esferas federativas, uma das razões que transformam a questão tributária em fiscal e política.

Por isso, estão em tramitação no Congresso projetos de **reforma tributária** cujo foco principal é a simplificação. Dentre as propostas, a PEC

45/2019, aprovada na Câmara dos Deputados, criou o chamado IVA dual, que irá substituir cinco **tributos** atuais por dois, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Apesar das nobres metas, o tema merece ser amplamente debatido e discutido por especialistas, acadêmicos, representantes do governo e entidades empresariais

A reforma tem como objetivos redução do custo operacional para apurar os **tributos** devidos, eliminação da guerra

fiscal, distribuição da carga tributária de forma igualitária, promovendo o aumento da formalidade e reduzindo a sonegação, além do aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional.

Contudo, apesar das nobres metas, o tema merece ser amplamente debatido e discutido por especialistas, acadêmicos, representantes do governo e entidades empresariais. É preciso que se alcance uma solução para o complexo sistema tributário do país, porque não haveria de se falar recorrentemente em reforma se o sistema estivesse funcionando de maneira adequada. Além disso, não se pode falar em

aumento da carga tributária para determinados setores sob o pretexto de simplificação do sistema.

Por isso, é preciso que ela seja debatida de forma mais profunda antes de sua aprovação definitiva no Senado Federal.

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Em 50 anos, educação e saúde concentram gastos de municípios

Rodrigo Carro e Rafael Rosas

Nos últimos 50 anos, as despesas dos municípios brasileiros com a construção e a manutenção de infraestrutura e com serviços urbanos caíram, em termos relativos, para quase um terço - passaram de 27,41% da despesa total das prefeituras, em 1972, para 9,89% no ano passado. No mesmo período, impulsionadas por emendas à Constituição que estabeleceram percentuais mínimos de aplicação, as participações da saúde e da educação e cultura no bolo total das despesas municipais aumentaram expressivamente, conforme indica levantamento do Observatório de Informações Municipais (OIM). Especialistas ligados aos segmentos de saúde e educação afirmam que esse crescimento relativo das despesas foi fruto do aumento das obrigações legais dos municípios em relação aos dois setores.

Se em 1972 a saúde respondia por 5,67% das despesas municipais, cinco décadas depois este percentual estava em 25,49%. No caso dos gastos com educação e cultura, a participação quase dobrou.

Subiu de 14,82% para 26,76%. "Com a Constituição [Federal] de 1988, os municípios passaram a ser entes federativos em condições de igualdade com os Estados e a União. Aumentaram muito as atribuições das prefeituras, mas os recursos, não", diz o arquiteto Sérgio Magalhães, professor do programa de pós-graduação em urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

"A concentração dos recursos na mão do governo federal é brutal." Com a expansão em termos relativos desses gastos, educação e saúde responderam, juntas, por pouco mais da metade das despesas das prefeituras brasileiras em 2022. Em um patamar bem abaixo, estavam as funções que representam a administração (9,93%) e o urbanismo (9,89%), informa o geógrafo e economista François Bremaeker, gestor do OIM.

No estudo, Bremaeker diz que a Emenda à Constituição no 24, de 1983, já estabelecia para os municípios a aplicação mínima de 25% da arrecadação resultante de **impostos** na manutenção e desenvolvimento do ensino. Cinco anos depois, em 1988, a Constituição determinou desembolso mínimo de 25% da receita de **impostos** e das transferências

constitucionais para a educação.

No caso da saúde, a destinação de no mínimo 15% da renda de **impostos** e transferências constitucionais para financiamento de ações e serviços públicos de saúde foi estabelecida pela Emenda à Constituição no 29/2000.

"Essa obrigação engessa de certa forma o orçamento municipal e limita o gasto discricionário, no qual está incluído o investimento", sustenta Kleber Castro, assessor econômico da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). O aumento das atribuições municipais, argumenta Castro, se refletiu na contratação de mais servidores pelas prefeituras, a ponto de os municípios superarem os Estados em número total de funcionários. "Até a década de 1980 eram os Estados que detinham a maior parte do funcionalismo", esclarece Castro.

Arthur Aguillar, diretor de políticas públicas do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), ressalta que a principal mudança na saúde frente à década de 1970 vem com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e as normas administrativas implementadas a partir de então, que aumentaram as obrigações das prefeituras: "O município é responsável por prover os serviços de atenção primária e vigilância epidemiológica, que são os postos de saúde e as unidades básicas de saúde, que talvez sejam alguns dos serviços mais fundamentais e complexos de operar do SUS", diz Aguillar. E prossegue: "A cobertura de saúde da família é de cerca de dois terços da população.

Mas a cobertura de atenção primária nos anos 70 e 80 era pífia e a ação do Estado era muito mais baseada em ações de saúde pública e nos hospitais, mas não tinha rede tão estrategicamente montada como tem hoje. Os serviços a que a população passou a ter acesso se ampliaram muito também".

Na visão de Sérgio Magalhães, ao absorverem outras responsabilidades - principalmente nas áreas de saúde e educação -, as prefeituras se viram incapazes de atender a demanda por outros serviços básicos gerada por uma "urbanização explosiva" do país. Entre 1940 e 2010, a população urbana do Brasil cresceu 15 vezes, enquanto o total de habitantes no país quadruplicou, compara o arquiteto.

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1§ion=1)

Nesse intervalo de 70 anos, a quantidade de domicílios urbanos no Brasil aumentou 30 vezes.

"Não basta dizer que o município precisa investir tantos por cento em saúde", questiona o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Se não tem água potável, coleta de esgoto [...], o poder público vai precisar gastar mais em remédios, consultas." Em termos relativos, a maior queda no percentual de gastos em urbanismo - de 37,41% para 9,46% do total de despesas municipais - se deu entre as cidades com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes, aponta o OIM.

A redução também foi expressiva (23,34 pontos percentuais) entre os municípios entre 500 mil e 1 milhão de habitantes.

"As médias e grandes cidades de regiões metropolitanas são as que têm sofrido mais pressão por serviços em áreas como saúde e transporte público", diz Castro, da FNP. A pressão está relacionada não só à expansão populacional, mas também à demanda que vem de municípios menores, vizinhos ou até distantes dos grandes centros. "É muito comum ter municípios gastando 25% e até 30% da receita líquida de **impostos** na saúde." Com a evolução da medicina, os procedimentos nesta área ficaram mais sofisticados e caros ao longo dos anos, o que implicou uma concentração, argumenta Magalhães.

"Se antes os pacientes [com mais recursos e casos mais complexos] iam para a capital do Estado, hoje vão para São Paulo." Olavo Nogueira Filho, diretor executivo do Todos pela Educação, pondera que o país ainda está, na maioria dos municípios, longe de um cenário de excesso de gastos em educação. Até 2020, aproximadamente 40% dos municípios brasileiros estavam em situação de "subfinanciamento crítico", ou seja, abaixo de um patamar de gastos em que mesmo a gestão mais eficiente não consegue produzir resultados satisfatórios. A boa notícia, segundo ele, é que, com a aprovação do novo Fundeb em 2020 e a expectativa é que esse cenário de subfinanciamento crítico seja "praticamente resolvido".

Mas Nogueira Filho ressalta que o tema do financiamento educacional segue crítico, uma vez que a média de investimento por aluno/ ano na educação básica no Brasil está em aproximadamente R\$ 7 mil, pouco mais de R\$ 580 por mês, um terço da média per capita da OCDE. "Não dá para dizer que, no geral, temos concentração excessiva de gastos na educação."

Site:

Deputados aprovam projeto que repõe perdas na arrecadação do ICMS

A Câmara dos Deputados aprovou nessa quinta-feira projeto que repõe R\$ 27 bilhões a Estados e municípios por perdas na arrecadação decorrentes das mudanças do ICMS dos combustíveis no governo Bolsonaro (PL), com a antecipação de aproximadamente R\$ 10 bilhões que inicialmente seriam repassados apenas em 2024. Os parlamentares ainda incluíram repasse adicional de cerca de R\$ 4 bilhões para governadores e prefeitos neste ano. A proposta segue para apreciação do Senado Federal.

Homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), um acordo celebrado entre União e entes federativos previu a reposição pelas perdas de arrecadação decorrentes da redução de **impostos** sobre combustíveis. O entendimento foi enviado como projeto de lei ao Congresso.

O acordo previa que o valor deveria ser repassado em três anos, entre 2023 e 2025, mas a antecipação ocorreu atendendo a governadores e prefeitos que alegam perda de arrecadação.

O relator, o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), estabeleceu ainda que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) receberá R\$ 2,3 bilhões adicionais este ano para compensar as receitas menores entre julho e setembro.

O relatório prevê uma nova compensação ao FPM em dezembro caso novas perdas sejam verificadas até o fim do ano.

Atendendo a pedido do Fórum de Governadores, ele propôs também compensação extra de R\$ 1,6 bilhão ao Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O relatório ainda impõe que Estados comprovem a transferência dos 25% de ICMS que devem ser repassados a municípios.

Essa comprovação deverá ser feita mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional.

A inclusão desse trecho contemplou solicitação dos prefeitos que reclamavam que a totalidade de recursos aos quais os municípios têm direito não estavam sendo repassados pelos governadores.

Caso o repasse não seja comprovado, o Estado descumprirá a legislação e o Tesouro bloqueará o acesso aos recursos estaduais.

O petista excluiu do projeto artigo que mudava a forma de tributação do ICMS sobre os combustíveis, de um valor fixo sobre o litro para um percentual, mudança que gerava críticas de que poderia ser utilizado pelos Estados para aumentarem o tributo. Para Dirceu, esse trecho poderia contaminar a tramitação e travar o avanço do texto. (MR e RDC)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1§ion=1>

A expansão fiscal e o Congresso - ROGÉRIO WERNECK

ROGÉRIO WERNECK

O debate econômico que hoje se trava no País está mesmo fora dos trilhos.

Já há até quem argumente que, tendo aprovado o arcabouço fiscal, o Congresso estaria agora obrigado a viabilizar o colossal aumento de receita de que o governo "precisa" para levar adiante seu programa de expansão de gastos.

Não só o Congresso não está obrigado a isso, como parece pouco inclinado a aprovar a elevação de carga tributária que o Planalto contempla. E o governo já percebeu que, tendo em conta a forte expansão de gastos que desencadeou, logo estará às voltas com inesperada e séria restrição fiscal.

Já não há mais dúvida sobre qual será a válvula de escape a que o governo recorrerá. Descumprir ou alterar a já medíocre meta fiscal de zerar o déficit primário em 2024. E Lula da Silva e o PT já têm o discurso pronto.

A meta teria ficado inviável porque o Congresso não "entregou" a elevação de carga tributária que se fazia necessária.

Na melhor das hipóteses, nos seus quatro anos de mandato, o governo deverá gerar um resultado primário acumulado zero: déficit de 1,5% do **PIB**, em 2023, déficit zero, em 2024, e superávits de 0,5%, em 2025, e de 1% do **PIB**, em 2026. Soma zero. Isso significa que, neste mandato, não haverá nenhum esforço relevante para pagar os juros da dívida pública.

Em português claro, o governo entrou no rotativo e passou a pagar a totalidade dos juros com emissões adicionais de dívida. O que implica uma dinâmica de dívida muito mais fácil de entender do que costuma ser. Com resultado primário acumulado zero, o aumento real da dívida bruta será, grosso modo, determinado pela taxa real de juros implícita que sobre ela incide. Supondo que tal taxa seja em média de 6% ao ano, ao final de quatro anos o aumento real da dívida terá sido de cerca de 26,2%.

Em que medida isso elevará a dívida como proporção do **PIB**, depende, claro, da expansão da economia.

Supondo que a taxa real média de crescimento do **PIB** seja de 2,0% ao ano, em linha com a última pesquisa Focus, a expansão acumulada em quatro anos será de 8,2%. Dividindo-se 126,2% por 108,2%, chega-se a um salto de mais de 16,6% na dívida como proporção do **PIB**. A relação dívida/**PIB**, que era de 0,73 quando Lula iniciou seu governo, passará a ser de 0,85 no final de seu mandato (0,73 vezes 1,166). Uma farra fiscal de arromba.

É tendo isso em vista que se deve avaliar a disposição com que o Congresso deverá considerar a proposta de elevar a carga tributária em nada menos que R\$ 168 bilhões, para atender a necessidades "prementes" de expansão de gastos.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
A expansão fiscal e o Congresso

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Petróleo em alta pressiona inflação nos EUA e no Brasil (Artigo)

Paulo Gala*

O preço do petróleo subiu significativamente nas últimas semanas, atingindo o valor de US\$ 92 o barril Brent e alimentando preocupações com a **inflação** nos EUA e no Brasil.

As restrições na oferta por parte da Arábia Saudita e da Rússia têm desempenhado um papel nesse cenário.

Os preços elevados do petróleo se traduzem em aumento do custo da gasolina, como já observamos nos Estados Unidos, onde os preços atingiram praticamente a máxima do ano.

No Brasil, a Petrobras também anunciou aumento do preço da gasolina, o que contribui para pressionar a **inflação**. O CPI, indicador de **inflação** ao consumidor dos Estados Unidos, veio em linha com as expectativas, com uma alta de 0,6% em agosto, mas o núcleo superou ligeiramente as previsões.

O mercado estava mais preocupado com o núcleo, que exclui as variações extremas, como o aumento dos preços de combustíveis e de alimentos. O núcleo registrou um aumento de 0,3% em agosto, em comparação com a expectativa de 0,2%, o que pode aumentar as preocupações com uma nova alta nas taxas de juros do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) em novembro.

Os Estados Unidos também divulgaram o Índice de Preços ao Produtor (PPI), que subiu 0,7% em agosto, acima do esperado pelo mercado.

Esses dados provocaram altas nas taxas futuras de títulos americanos.

Sobre esse movimento, vale também destacar a mudança do Banco Central Japonês, com o novo presidente, Kazuo Ueda, indicando uma possível normalização da política monetária no Japão. Os juros de longo prazo estão subindo gradualmente no país.

O BOJ deve abandonar gradualmente a política de controle de taxa de juros longos, que implicava na compra de títulos públicos de longo prazo. Isso tem atraído capital para o Japão e resultou em uma desvalorização do dólar em relação ao yen.

No Brasil, o IPCA de agosto ficou em 0,23%, abaixo da expectativa de 0,28%.

Uma análise mais detalhada mostra que a difusão, que mede a amplitude das altas nos preços, subiu de 46% para 53%, indicando mais itens com aumento de preços.

A média dos núcleos de **inflação** também acelerou de 0,18% para 0,28%. Esses núcleos excluem as maiores altas e quedas de preços. Em relação aos setores, houve boas notícias para os serviços, que tiveram uma desaceleração nos preços; por outro lado, houve aumento nos preços dos combustíveis, principalmente da gasolina.

Os principais responsáveis pelo aumento do IPCA foram os carros novos, devido ao fim do programa de incentivo do governo; os combustíveis, por causa dos aumentos da Petrobras; e a energia elétrica, que também teve um leve aumento.

O IPCA divulgado não deve mudar a trajetória de Petróleo em alta pressiona **inflação** nos EUA e no Brasil redução da Taxa Selic, que continuará caindo meio ponto percentual a cada reunião até o final do ano, chegando a 11,75%. A grande incógnita é o que acontecerá no próximo ano. O mercado projeta um IPCA mais próximo de 5% para este ano, o que significa que ainda teremos uma **inflação** consideravelmente acima da meta de 3,25%.

No próximo ano, a meta é de 3%, mas o IPCA no relatório Focus já está em 3,6%, o que indica que o Banco Central terá desafios pela frente considerando que a meta de **inflação** deve ser 3% para 2024 e 2025.

A **inflação** está claramente acima das metas estabelecidas.

A próxima discussão no Brasil será sobre o nível terminal adequado da Taxa Selic no atual ciclo de flexibilização.

Por Paulo Gala* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em

que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Petróleo em alta pressiona inflação nos EUA e no Brasil

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Do filé-mignon à picanha, cai o preço da carne bovina

CAROLINE NUNES

As carnes bovinas estão mais baratas, aponta o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), que mede a **inflação** oficial no país. Elas tiveram queda de 9,8% nos últimos 12 meses encerrados em agosto, e, dependendo do corte, o recuo foi ainda maior. O filé-mignon, por exemplo, teve redução de 15,09% no preço no período.

Entre as razões para esse movimento estão o maior abate de gado, o menor custo da ração e a diminuição das exportações para a China.

Além do filé-mignon, outros cortes considerados nobres tiveram redução significativa em 12 meses. São eles: alcatra (-12,83%), capa de filé (-12,66%), costela (-11,07%) e picanha (-6,04%).

De acordo com especialistas, no momento, há uma maior oferta de animais para o abate. Além disso, o Brasil teve queda no preço do milho devido à boa safra no ano. O grão é utilizado nas rações, o que estimula os pecuaristas a confinarem mais animais.

Geraldo Isoldi, analista de commodities agrícolas da Levante Inside Corp, diz que as importações de carne bovina da China caíram 8% de janeiro a agosto em relação a igual período do ano passado.

Com a demanda menor dos chineses, sobra mais carne para o mercado interno, o que contribui para a redução de preço. Hoje, a China é responsável por cerca de 60% das exportações de carne bovina do Brasil.

- A China, do ano passado para cá, tem comprado quase 8% menos (carne bovina brasileira). Considerando o volume financeiro exportado, há uma diferença de 32% - diz Isoldi.

Mesmo com oferta maior de carne bovina no mercado doméstico, o consumo pelos brasileiros ainda está fraco, segundo Isoldi. Para economizar, diz, as pessoas optam pelo frango, mais barato.

Para os próximos meses, o analista prevê redução gradual da oferta. Além disso, a demanda deve aumentar, impulsionada pelo pagamento do 13º salário e as festas de fim de ano. Esses fatores vão contribuir

para o aumento do preço da carne.

Isoldi cita também o trajeto da produção, que vai desde o pasto até gôndola e sofre influência de outros fatores, como a alta dos combustíveis.

Para ele, o consumidor final já deve ver preços mais altos do que os atuais ao fim de 2023.

-Nesse caminho do pasto até a gôndola, vai se agregando algumas variáveis de custo.

É combustível do transporte, funcionário, custo de transformação.

Embora a matéria prima tenha caído muito, o valor da carne não consegue seguir na mesma proporção, pois há **inflação** de outras variáveis - explica.

15,09% Foi a queda em 12 meses do filé-mignon. Outros cortes também ficaram mais em conta, como picanha (-6,04%) e alcatra (-12,66%)

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

Otimismo externo leva dólar a R\$ 4,87, e Ibovespa sobe 1%

LETYCIA CARDOSO

O Ibovespa fechou ontem em alta de 1,03%, aos 119.391 pontos, puxado principalmente pelas commodities, que ganharam fôlego graças ao cenário externo.

Já o dólar comercial recuou 0,91%, a R\$ 4,8721 - a menor cotação desde 30 de agosto, quando encerrou a R\$ 4,8687.

O bom humor dos investidores foi resultado das medidas adotadas por Pequim para estimular a economia do país, que é um grande parceiro comercial do Brasil. O Banco Popular da China, o BC do país, anunciou redução de 0,25 ponto percentual nos depósitos compulsórios (o montante que os bancos precisam deixar depositados no BC) a partir de hoje.

MINERAÇÃO EM ALTA Na Bolsa de Dalian, o contrato para janeiro de minério de ferro terminou com alta de 0,82%, a US\$ 118,68 a tonelada. Com isso, as ações da Vale subiram 4,10%, a R\$ 70,12.

Também contribuiu a elevação na recomendação do banco JPMorgan para a mineradora e para a Bradespar.

Ambas saíram de avaliação "neutra" para "compra" e tiveram seus preços-alvo aumentados.

No caso da Vale, o preço-alvo estabelecido foi de R\$ 89.

Os papéis da Bradespar foram a maior alta do Ibovespa: 5,17%, a R\$ 23,61.

Outras empresas ligadas a mineração completam os principais ganhos do índice: CSN avançou 3,65%, a R\$ 12,49; e CSN Mineração subiu 3,26%, a R\$ 4,43.

Além disso, Petrobras e PetroRio fecharam com alta superior a 2%, influenciadas pela valorização do petróleo no mercado internacional.

O contrato futuro para novembro do barril do Brent avançou 1,98%, a US\$ 93,70. Já o contrato do WTI para outubro ganhou 1,84%, a US\$ 90,16.

A maior queda foi da varejista Via: um tombo de

18,92%, a R\$ 0,90 (leia mais na página 15). Outras empresas de varejo também perderam: Pão de Açúcar recuou 3,17%, a R\$ 4,58, e Grupo Soma recuou 2,74%, a R\$ 7,80.

Azul e Gol recuaram 4,31% (R\$ 13,10) e 3,09% (R\$ 6,59), respectivamente.

- A Azul divulgou dados de tráfego de passageiros no último mês que não foram bem recebidos pelo mercado - explicou Elcio Cardozo, sócio da Matriz Capital.

Nos Estados Unidos, enquanto as preocupações de uma recessão se dissipam diante de uma **inflação** mais controlada e vendas no varejo acima do esperado, o índice Dow Jones subiu 0,96%; o S P 500 ganhou 0,84%; e a Bolsa eletrônica Nasdaq, 0,81%.

ARM SALTA 25% NA ESTREIA Em Nova York, o destaque foi o salto de 25% nos papéis da fabricante de chips britânica Arm. A empresa obteve US\$ 4,87 bilhões em sua abertura de capital, na Nasdaq. É o maior IPO (oferta inicial de ações, pela sigla em inglês) desde 2021, quando a montadora de carros elétricos Rivian obteve US\$ 13,7 bilhões.

Os papéis da Arm fecharam a US\$ 63,59.

Na Europa, depois de o Banco Central Europeu (BCE) elevar os juros em 0,25 ponto percentual, para 4%, e afirmar que o patamar pode levar a **inflação** à meta de 2%, os mercados fecharam em alta. Em Londres, o FTSE 100, subiu 1,95%; o DAX, de Frankfurt, avançou 0,97%; e CAC 40, de Paris, ganhou 1,19%.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

Serviços em alta dão novo alento ao PIB

Marsílea Gombata e Lucianne Carneiro

O volume de serviços prestados no país avançou mais do que o esperado em julho, com expansão na maior parte dos segmentos.

O resultado pode levar a revisões para cima das projeções de Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre e acende alerta sobre o ritmo de queda de juros, segundo economistas.

Pelo terceiro mês seguido o volume de serviços prestados no país avançou, com uma alta de 0,5% em julho, ante junho, acima da mediana estimada pelo mercado de 0,4%, segundo o Valor Data.

Na comparação com julho de 2022, o indicador teve alta de 3,5%, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No resultado acumulado em 12 meses até julho, houve aumento de 6%. Nos primeiros sete meses de 2023, a expansão foi de 4,5%.

Três das cinco atividades acompanhadas pela PMS tiveram alta: transportes, serviços prestados às famílias e outros serviços.

Por outro lado, serviços profissionais, administrativos e complementares, e informação e comunicação registraram retração.

Uma das leituras mais surpreendentes foi a de transporte de cargas, que subiu 1,4% em julho, ante junho, e puxou a alta do setor de serviços no mês. A atividade se encontra em patamar 44,1% superior ao fevereiro de 2020, marco do pré-pandemia. Dentro do transporte de cargas, o destaque foi o rodoviário.

Puxados pelas férias escolares, os serviços prestados às famílias cresceram 1% em julho, em relação a junho. Foi o quarto mês seguido de expansão, com alta acumulada de 4,9% no período. Com isso, se aproximaram do patamar pré-pandemia, embora ainda estejam 1,7% abaixo do nível de fevereiro de 2020.

Os serviços prestados às famílias são o único segmento entre os cinco acompanhados pelo IBGE que não ultrapassou o patamar pré-pandemia.

Segundo Rodrigo Lobo, gerente do IBGE, o setor de serviços opera no segundo ponto mais alto de sua

série histórica, abaixo apenas de dezembro de 2022. Em julho, o patamar da atividade de serviços estava 0,9% abaixo de dezembro de 2022, auge da série histórica iniciada em janeiro de 2011.

O resultado de julho surpreendeu economistas. Marcela Rocha, economista-chefe da Claritas Investimentos, esperava alta de 0,3% do volume de serviços prestados em julho e não descarta que a projeção de queda de 0,1% para o **PIB** do terceiro trimestre seja revista pra alta de 0,2%. O mesmo vale para o **PIB** de 2023. A projeção de alta de 2,9% da Claritas pode passar para alta de 3,1%.

Esse cenário, afirma Rocha, mostra um mercado de trabalho robusto, com criação de vagas e aumento do salário real, e acende alerta sobre excesso de otimismo quanto aos rumos da política monetária.

"O Banco Central deveria ter cautela com essa desinflação de serviços, afinal a atividade está resiliente e, na composição do **PIB**, a demanda doméstica aparece com um desempenho bom que não deve arrefecer tanto", diz. "Isso não muda a expectativa de corte de 0,5 ponto da taxa de juros Selic pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na semana que vem. Mas não abre a porta para possível aceleração do ritmo de queda [da taxa de juros]." Nos próximos meses, as atividades de agropecuária e a renda das famílias determinarão a dinâmica de serviços, afirma Thiago Xavier, economista da Tendências Consultoria.

"A produção agrícola tem puxado transportes, mas há também uma mudança de paradigma [do consumo de bens], com o comércio eletrônico e as entregas a domicílio impulsionando isso", argumenta Xavier.

Apesar dos dados melhores que o previsto em julho, a expectativa é de desaceleração no segundo semestre, afirma Rodolfo Margato, economista da XP, em relatório enviado a clientes.

"De acordo com as nossas estimativas, o **PIB** de serviços subirá 0,4% no terceiro trimestre e 0,1% no quarto trimestre, arrefecendo ante o crescimento médio de 0,6% nos dois primeiros trimestres do ano", escreveu Margato.

Apesar dos dados de serviços e da surpresa positiva com o **PIB** do segundo trimestre, o economista do Santander Gabriel Couto segue cauteloso.

"Continuamos vendo sinais de desaceleração para a atividade ampla à frente, especialmente para segmentos mais cíclicos, devido a condições financeiras altamente restritivas", escreveu a clientes em nota.

"Continuamos vendo sinais de desaceleração para a atividade à frente" Gabriel Couto

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1§ion=1)**

IFI reduz probabilidade de dívida acima de 90% do PIB

Estevão Taiar

A probabilidade de a dívida pública superar 90% do Produto Interno Bruto (**PIB**) até 2027 caiu de 42,3% em junho para 18,2% em setembro. Os cálculos foram divulgados ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado, e levam em conta a dívida bruta do governo geral (DBGG), principal indicador do estoque do endividamento público.

Segundo a IFI, a queda na probabilidade foi "relevante" e pode ser explicada por uma estimativa de trajetória menos pressionada para cima da dívida pública. Antes, a projeção era que a DBGG, atualmente em 74,1% (sempre em relação ao **PIB**), cruzaria a linha de 80% em 2024.

"Agora, o cruzamento ocorre mais à frente, em 2026", diz a IFI no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de setembro.

Mesmo assim, "é pouco provável que a DBGG prossiga em trajetória de queda nos próximos anos".

"A probabilidade de que a dívida bruta em 2027 seja superior ao patamar do fim de 2022 (72,9% do **PIB**) foi estimada em 86,3% (em junho, a estimativa era de 96,9%)", diz.

Para o ano que vem, a IFI calcula que as receitas administradas pelo governo federal previstas no Orçamento de 2024 estão superestimadas em R\$ 219,8 bilhões, o equivalente a 1,8 ponto percentual do **PIB**.

O governo federal projeta que as receitas administradas alcançarão R\$ 1,758 trilhão no ano que vem, enquanto a IFI calcula que elas alcançarão R\$ 1,546 trilhão. A diferença pode ser explicada principalmente por divergências em quatro fatores de arrecadação previstos para 2024. Um deles são as mudanças nas regras para subvenções de investimento, para as quais o governo federal projeta receitas de R\$ 35,3 bilhões, enquanto a IFI calcula arrecadação de R\$ 3,5 bilhões. Mas também há diferenças nas estimativas para tributação sobre fundos exclusivos (R\$ 13,3 bilhões contra R\$ 2 bilhões), recuperação de créditos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (R\$ 97,9 bilhões

contra R\$ 30,3 bilhões) e exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos de PIS/Cofins (R\$ 57,9 bilhões contra R\$ 5,8 bilhões).

A IFI também calcula déficit primário de 1% do **PIB** para o governo federal em 2024, o equivalente a R\$ 109,9 bilhões. Já o arcabouço fiscal estabelece resultado primário zerado em 2024, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660?page=1§ion=1>

Por que somos obrigados a usar o dólar?

(Artigo)

Márcio Garcia

Márcio G. P. Garcia é professor titular, Cátedra Vinci Partners, departamento de Economia da PUC-Rio e pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management, escreve mensalmente neste espaço.

O presidente Lula tem se manifestado em diversos foros internacionais sobre a necessidade de usarmos outras moedas que não o dólar para o comércio internacional. Na posse de Dilma na presidência do Banco dos Brics, indagou: "Por que todos os países estão obrigados a fazer seu comércio lastreado no dólar", e "por que não podemos fazer o nosso comércio lastreado na nossa moeda?"¹ Tais perguntas eram, provavelmente, de caráter retórico. Afinal, decisões sobre a moeda na qual uma exportação será faturada, bem como a da moeda na qual será paga, cabem às partes privadas envolvidas, geralmente o exportador e o importador, não a governos.

Se o dólar é majoritariamente escolhido para faturar e liquidar transações comerciais internacionais, isso decorre tão somente do fato de que essa é a forma mais econômica e eficaz de se realizar a transação, e não de alguma obrigação do uso do dólar.

E por que o dólar tem sido a moeda preferida para realizar transações internacionais? Há uma resposta longa e outra bem curta. A curta é simples e parece tautológica: muitos preferem o dólar porque o dólar é preferido por muitos. Acontece com o dólar nas transações internacionais fenômeno similar ao que acontece com o real, ou com o PIX, para transações no Brasil: muitos usam real (PIX) porque o real (PIX) é aceito por muitos. Economistas chamam tal fenômeno de externalidade de rede: quanto mais o dólar é usado, mais vantagem será usar o dólar. Não se trata de nenhuma imposição, mas, sim, de ser mais econômico.

Já a resposta longa requer explicar como o dólar se tornou a moeda preferida para as transações internacionais. Convém começar com um pouco de história.

Ao longo dos últimos séculos, poucas moedas ocuparam o lugar hegemônico que o dólar hoje ocupa, e quase sempre, uma de cada vez, por longo período, de um século ou mais. Desde 1500, apenas as

moedas da Espanha, da Holanda, da Grã-Bretanha e dos EUA alcançaram o topo das transações comerciais e financeiras internacionais. E os períodos nos quais as moedas foram dominantes coincidiram com a maior pujança econômica e poderio dos respectivos países emissores.

Os três usos da moeda - unidade de conta, meio de troca e reserva de valor - interagem para tornar o uso do dólar mais econômico.

A longa tradição de **inflação** sob controle no país que o emite tornou o dólar uma unidade de conta de amplo uso que baliza eficientemente diversos mercados, notadamente os de commodities (mercadorias). Os mercados de dólar também são os mais líquidos, o que diminui o custo de transação, fazendo do dólar o meio de troca internacional mais eficiente. Por fim, o entesouramento de notas de dólares por cidadãos de vários países, notadamente na América Latina, é prova inequívoca de quão eficiente é o dólar como reserva de valor. E o dólar tem uma vantagem adicional. Em momentos de crises internacionais, quando os ativos de risco (especulativos) tendem a perder valor, os safe assets (ativos seguros), como os títulos do Tesouro dos EUA, tendem a se manter incólumes. Mas não só isso.

Nas crises, o dólar tende a se apreciar frente às demais moedas, provendo um duplo seguro aos detentores dos safe assets. Estima-se que os EUA tenham transferido cerca de US\$ 2,7 trilhões a não residentes durante a grande crise financeira internacional de 2008.

Esse seguro mundial em tempos de crise é o exorbitant duty (dever exorbitante). Tal seguro é (mais do que) compensado pelo mais conhecido exorbitant privilege (privilégio exorbitante) de emitir uma moeda que o mundo todo usa, bem como por ter custo de financiamento mais baixo.

Em suma, o melhor desempenho do dólar nas três funções da moeda faz com que continue sendo a moeda preferida internacionalmente.

Portanto, não é provável, talvez nem seja desejável, que as moedas das transações internacionais obedeçam à participação dos países no comércio internacional ou nas transações financeiras. Há uma

economia que advém de existir uma moeda dominante, seja ela qual for.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230914/>

Se houvesse vários "PIXes", o sistema não seria tão bem-sucedido quanto é o PIX único.

A questão que se coloca é se e quando o dólar deixaria de ser a moeda dominante. Há vinte anos, pensou-se que o euro poderia rivalizar com o dólar. A crise europeia da década passada sepultou definitivamente tal esperança.

Hoje, o renminbi chinês é tido como o principal competidor. Mas, para ter uma chance de rivalizar com o dólar, a China teria que, ao menos, realizar completa abertura financeira para o mundo, abolindo controles de capital e infundindo confiança na percepção de que não os restabeleceria. Afinal, ninguém quer deter uma moeda que possa ter seu acesso cerceado por algum governo.

É bem verdade que a pujança da economia e do comércio internacional da China faz com que a participação do renminbi venha crescendo continuamente, tanto nas operações comerciais, como nos portfólios e nas reservas internacionais de muitos países. O uso de sanções econômicas, como o congelamento de ativos em dólar de países que confrontam os EUA, faz aumentar o interesse por alternativas.

Mas o patamar atingido pelo renminbi ainda é baixo.

Como chama a atenção Barry Eichengreen, a maior ameaça à hegemonia do dólar é a possibilidade de descontrole fiscal, e da dívida pública, nos EUA, não o renminbi ou uma hipotética moeda dos Brics. O economista Robert Triffin, nos anos 60 do século passado, anteviu em uma década o colapso do sistema de Bretton Woods, ao notar a incompatibilidade do alto crescimento da demanda pela moeda âncora do sistema, o dólar, com a paridade fixa do dólar em relação ao ouro, a \$35/oz.

O moderno dilema de Triffin é que o lastro da dívida pública dos EUA está na sua capacidade de incorrer em déficits fiscais mantendo a dívida pública sob controle. Se isso for perdido, o dólar, e muito mais, estará sob ameaça. Mas é difícil que se possa achar que tal cenário possa interessar ao Brasil.

1 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-critica-uso-dodolar-e-defende-moeda-unica-para-transacoes-entre-paises-dos-brics/> .

Sanções, como o congelamento de ativos em dólar de quem desafia os EUA, eleva o interesse por alternativas

BCE eleva juros ao maior nível da história e sinaliza fim de ciclo

Gabriel Caldeira e Roberta Costa De São Paulo

Na tentativa de domar as pressões inflacionárias, ao mesmo tempo em que começa a se deparar com uma desaceleração da atividade econômica, o Banco Central Europeu (BCE) efetuou o décimo aumento consecutivo nas taxas de juros da zona do euro, que atingiram o maior nível da história. Com uma alta de 0,25 ponto percentual, a taxa de juros de referência, a de depósito, atingiu 4%, enquanto a taxa de refinanciamento subiu para 4,5% e a de empréstimos alcançou 4,75%.

E, com os juros em níveis recordes, o BCE indicou que continuará a seguir uma abordagem "dependente dos dados", mas deu sinais relativos a um possível encerramento do ciclo de aperto monetário.

"Com base na sua atual avaliação, o conselho do BCE considera que as taxas de juros atingiram os níveis que - se forem mantidos durante um período suficientemente longo - darão contribuição substancial para o retorno oportuno da inflação à meta", aponta a autoridade monetária no comunicado da decisão.

No entanto, durante coletiva de imprensa, a presidente do BCE, Christine Lagarde, evitou cravar o fim do ciclo de aperto nos juros europeus. "Alguns membros não tiraram as mesmas conclusões e teriam preferido fazer uma pausa", afirmou a dirigente, ao apontar, ainda, que houve uma "sólida maioria" no conselho do BCE favorável à alta nos juros efetuada ontem. Ela enfatizou que o BCE não pode concluir que os juros atingiram o pico na zona do euro e, assim, destacou uma abordagem dependente de dados.

Um dos pontos levantados por Lagarde durante a coletiva foi o de que a transmissão do aperto monetário tem ocorrido adequadamente e até de forma mais rápida do que em ciclos anteriores de elevação das taxas. O BCE reduziu sua projeção de crescimento deste ano de 0,9% para 0,7% e cortou a estimativa para a expansão da economia da zona do euro em 2024 de 1,5% para 1,0%. Já em relação à trajetória da inflação, o banco central deixou inalterada a previsão de que o núcleo de inflação terminará este ano em 5,1%, mas diminuiu de 3,0% para 2,9% a projeção para o núcleo inflacionário em 2024.

"As medidas de inflação subjacente começaram a cair", apontou Lagarde em seus comentários, onde também destacou que a demanda mais fraca é um risco baixista para a inflação, embora a maioria das pressões inflacionárias continue forte na área do euro.

Além disso, a dirigente ressaltou que os riscos altistas para a inflação incluem os custos de energia e de alimentos, o que levou o BCE a elevar sua estimativa para a inflação "cheia" de 5,4% para 5,6% neste ano e de 3,0% para 3,2% em 2024.

No mercado, a decisão do BCE teve reação imediata nos preços dos ativos assim que o comunicado foi divulgado. O euro chegou a cair a US\$ 1,0628, nos menores níveis desde março. Ao mesmo tempo, os rendimentos dos títulos públicos dos países da zona do euro despencaram, com a taxa do Bund alemão de dez anos negociada a 2,596% (-0,059 ponto percentual); e o rendimento do BTP italiano de dez anos a 4,345% (-0,112 ponto).

Diante da visão de juros altos por um período prolongado pregada pelo próprio BCE, a discussão entre os agentes de mercado começa a ser a de quando a autarquia conseguirá começar a flexibilizar a política monetária.

"Embora Lagarde não tenha deixado a porta para um aperto maior, isso provavelmente exigiria surpresas significativas no fluxo de dados, especialmente nas medidas de inflação subjacente", diz o economista Sven Jari Stehn, do Goldman Sachs, que espera um início de cortes de juros na zona do euro no quarto trimestre de 2024.

Visão semelhante é defendida pelo economista Greg Fuzesi, do J.P.

Morgan, que vê o início das reduções nos juros no último trimestre de 2024. "A sugestão clara de que o BCE está agora concentrado no período em que a taxa permanecerá nos 4%, em vez de em novos aumentos, foi bastante forte", diz.

"Houve uma maioria sólida no conselho a favor de mais uma alta" Christine Lagarde

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187660>

Bolsa e real têm dia positivo com exterior

Matheus Prado, Arthur Cagliari e Gabriel Roca De São Paulo

A expectativa de um "pouso suave" da economia americana, após dados resilientes de atividade, embalou os mercados globais ontem e permitiu que o Ibovespa atingisse a marca de quatro pregões consecutivos de alta. Ao mesmo tempo, o bom humor externo também contribuiu, segundo relatos de participantes do mercado, para o ingresso de capital estrangeiro no Brasil, o que acabou ajudando a dar força ao real na sessão.

Assim, o dia foi positivo para os ativos locais no pregão. O Ibovespa avançou 1,03%, aos 119.391 pontos, enquanto o dólar comercial fechou o dia negociado a R\$ 4,8721, em queda de 0,91%.

Em um dia em que a China voltou a surpreender os mercados, com a redução do compulsório bancário, a sessão acabou marcada pela valorização das commodities.

A perspectiva de que a economia chinesa reaja à sequência de estímulos se somou aos sinais de que a atividade econômica dos EUA permanece resiliente, no caminho de uma desaceleração controlada, o que melhorou o ambiente nos mercados globais.

"A correção recente do mercado local se deu muito por conta da piora no cenário externo. Agora, com o ciclo de juros podendo ter chegado ao fim nos EUA e com a China anunciando uma série de estímulos, o sentimento de investidores globais parece estar melhorando novamente", diz Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos. "Estou construtivo com a bolsa, mas não acho que vai ser um movimento rápido. O juro precisa cair e as empresas melhorarem seus resultados", afirma.

Na sessão, Vale ON subiu 4,10% e Bradespar, sua acionista, avançou 5,17%. O J.P. Morgan elevou recomendações e preço-alvo dos papéis do setor. Rodolfo Angele e Tathiane Martins Candini afirmam que a produção de aço na China se mantém resiliente mesmo com os dados econômicos turbulentos, em especial no setor de construção, o que vai manter a demanda pelo minério de ferro produzido no Brasil elevada.

Eles aumentaram a projeção de preços do minério de ferro, esperando que a tonelada encerre o ano em US\$ 117, número 6% maior que a estimativa anterior.

Nesse ambiente, divisas de mercados ligados a matérias-primas exibiram apreciação, como foi o caso do real, do dólar australiano e do dólar canadense. O contexto de melhora no humor global contribuiu, segundo relatos de participantes, para uma entrada de capital estrangeiro no país e uma evidência dessa hipótese foi o comportamento do dólar casado - obtido pela diferença entre dólar futuro e à vista - que registrou leve alta na sessão. Das 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo Valor, o real apresentou o segundo melhor desempenho, ficando atrás apenas do peso colombiano.

Para o diretor da tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, mesmo que a **inflação** nos EUA tenha mostrado alguns números acima das projeções, apenas o segmento de serviços continua resiliente. "Mesmo assim, está em tendência de queda, enquanto os outros componentes estão bastante comportados", diz. "O que parece é que o Fed não tem muitos motivos para subir mais as taxas de juros, e isso dá alento para as moedas de "carrego" alto. Por isso estamos vendo o real e o peso mexicano performando bem." Já o mercado de juros foi marcado por oscilações contidas. A taxa do DI para janeiro de 2027 passou de 10,235% para 10,24%.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660>